



LEONOR FERNANDES FERREIRA

Situação económica complica implantação do SNC

Por Nuno Dias da Silva

As dificuldades resultantes das normas e a própria crise financeira fazem questionar «a utilidade dos justos valores na ausência de preços de mercado de referência», e em face da excessiva volatilidade. É esta a opinião de Leonor Fernandes Ferreira. A professora da Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa, em resposta aos argumentos dos que defendem que as NIC vão potenciar a fraude, salienta que «nenhum sistema em si impede práticas ilícitas ou desonestas.»

É professora na Faculdade de Economia da Universidade Nova de Lisboa. Doutorada em Gestão de Empresas, MBA pela FEUNL, licenciou-se em Gestão na Univ. Católica e em Economia no ISEG. Tem dirigido cursos de executivos e lecciona no Lisbon MBA. Tem sido consultora em Avaliação de Empresas, Contabilidade e Fiscalidade. Colaborou em projectos de investigação nacionais e internacionais. É autora do livro *Financial Reporting in Portugal* e de capítulos em obras de referência - *Transnational Accounting* e *The Millers' European Accounting Guide*. É membro do conselho editorial de revistas científicas. Foi-lhe atribuído, em 2007 e 2008, o *Outstanding Reviewers Award*, pela Academy of Management (EUA). Foi vice-presidente da ADCES, de 2005 a 2007. Na CTOC, é membro da Comissão de História da Contabilidade, secretária da Mesa da Assembleia-Geral e vice-presidente do júri do exame de avaliação profissional.

Leonor Fernandes Ferreira afirma que a História não é para apressados, exigindo reflexão, análise e síntese. A vogal da Comissão de História da Contabilidade da CTOC congratula-se com a troca de experiências ocorrida no II Encontro, salientando a qualidade da «prata da casa» e o número de TOC que se mobilizaram em Lisboa e Santa Maria da Feira. Sobre o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), a docente da Nova entende que a complexidade das normas vai obrigar a que a formação se torne mais necessária e especializada numa lógica de aperfeiçoamento de competências.

TOC – «Quando se vê uma pedra, caso se desconheça a História, apenas se observa uma pedra. Mas se estiver por dentro da

História, verá muito mais do que uma simples pedra», disse o catedrático espanhol, Tua Pereda, em entrevista à Revista «TOC». Qual é, para si, o alcance desta frase?

Leonor Fernandes Ferreira – Uma pedra é parte de uma paisagem, inserida num contexto. A História não é mera compilação de dados, deve ter uma perspectiva explicativa e de relacionamento de factos, para compreender a evolução até ao presente e perspectivar o futuro. Uma pedra pode ser mudada de lugar, emoldurada. Conservar a documentação contabilística é condição necessária para o estudo do económico e social. Se for a pedra filosofal...Novas realidades trazem à Contabilidade novos desenvolvimentos e maior complexidade. Criará a História factos novos? Uma nova visão da História da Contabilidade, mais ampla e profunda, vem ganhando adeptos por todo o mundo, considerando-a um ramo da história económica. A investigação exige anos de intenso labor e dedicação, primeiro de pesquisa e leituras em trilhos inicialmente nebulosos. A História não é assunto para pessoas apressadas: exige reflexão, análise e síntese.



Leonor Fernandes Ferreira considera enriquecedor desenvolver investigação noutras línguas e partilhar experiências com colegas de outras culturas

TOC – Os doutoramentos em Contabilidade começam, lentamente, a aparecer. Que balanço faz do estado da investigação científica em Portugal?

L.F.F. – O número de investigadores nacionais a apresentar trabalhos em congressos e em revistas internacionais de topo não pára de crescer. Hoje, um investigador começa jovem, integra-se em equipas ou centros de investigação, é mais internacional. Poderá ter dificuldade em escolher temas com pertinência, pois desenvolve o seu trabalho antes de ter tido ocasião de vivenciar muitos factos. Com a Internet, porém, alterou-se o modo de fazer pesquisa que é agora muito mais rápida e eficaz. Por outro lado, uma maior atenção é dada aos métodos. Surgiram mais teses de contabilidade positiva, descreve-se o que se faz, analisam-se práticas, não se prescreve o que se deve fazer, nem se sugerem pontos de vista conceptuais ou doutrinários. Preocupa-me que a fronteira entre a orientação de trabalhos científicos e a co-autoria apresente contornos dúbios. Um meu contributo neste domínio consistiu em

ter sido coordenadora científica nacional do projecto “HARMONIA”, entre 2000 e 2004. Nesse âmbito realizei investigação com colegas, nacionais e estrangeiros. Esta *research training network* envolveu uma dezena de centros de investigação das mais prestigiadas universidades europeias com propósitos de harmonização contabilística nos países da Europa Comunitária. O projecto contribuiu para dar coesão à investigação empírica europeia sobre contabilidade financeira. Creio que é também de salientar o papel da CTC, ao aproximar a investigação, entre a universidade e a prática contabilística. As Comissões de Estudos são exemplos desta ligação, assim como os congressos, jornadas e outros eventos que permitam a comunicação entre pessoas com interesses e formações distintas.

TOC – Como avalia o Encontro de História da Contabilidade, recentemente realizado, que já vai na segunda edição?

L.F.F. – O Encontro anual é um marco importante no plano de actividades da Comissão de Histó-

ria de Contabilidade da CTOC. Esta Comissão, que tem objectivos científicos e culturais, visa promover e divulgar a investigação em História da Contabilidade portuguesa. O Segundo Encontro comemorou o 250.º Aniversário da Aula do Comércio e o interesse público da profissão. O número de participantes - cerca de 1 500 - ultrapassou as expectativas e reflecte que a História congrega vontades em torno de um interesse comum: o gosto pelo conhecimento, sem fronteiras entre instituições e pessoas. Há uma tendência para valorizarmos o que vem de fora, os bens e os serviços importados. O Encontro contou com a presença de prestigiados colegas da área da História da Contabilidade e demonstrou o que é possível fazer com a “prata da casa”. Constituiu um espaço privilegiado de debate, dando a conhecer trabalhos de jovens investigadores e relatos de vivências de TOC experientes, em discurso directo.

TOC – Tem uma vasta obra publicada, nomeadamente em língua inglesa, com diversas distinções, como foi recentemente o caso dos prémios que lhe foram atribuídos, nos Estados Unidos, em 2007 e em 2008, pela Academy of Management. Pensa que faz falta aprofundar o intercâmbio de experiências e conhecimentos com especialistas estrangeiros?

L.F.F. – Na minha primeira participação em eventos internacionais, no Congresso *European Accounting Association* (Madrid, 1992) éramos apenas quatro portugueses. Na mais recente edição, em Maio passado, em Tampere (Finlândia), estivemos cerca de duas dezenas de investigadores. Mais tarde, fui membro da *European Accounting Research Network* (1994-97), projecto pioneiro coordenado pelo *Center for Research in European Accounting*, na dependência do *European Institute for Advanced Studies in Management*, com sede em Bruxelas. Aí, deram-se passos positivos na investigação sobre harmonização contabilística europeia, ainda na fase “pré-IFRS”. As publicações predominam na língua inglesa e interessaria que a investigação passasse a abarcar também outras línguas, como a portuguesa. Em especial, temos a aprender com as ligações ao Brasil e África. Concluo que investigar noutras línguas e partilhar experiências com colegas de outras culturas poderá ser muito enriquecedor.

Seria interessante se mudássemos de atitude: exportar e não apenas importar, para termos saldo positivo de balança intelectual.

Experiência profissional e formação continuada

TOC – Como vê o desafio de Bolonha para a evolução da profissão?

L.F.F. - Embora o processo de Bolonha seja recente, as mudanças são já visíveis. A internacionalização e a mobilidade, quer de alunos quer de professores, estão aí. Actualmente, uma boa parte das minhas aulas, em mestrados e no *Lisbon MBA*, é ministrada em língua inglesa. Observo diferenças culturais e de comportamento nos modos como cada aluno se apresenta e reage. As matérias ensinadas ganham novos enfoques. Por exemplo, a alunos do programa “Erasmus” pode não ter sentido ensinar o SNC. O processo de Bolonha reforça a ideia de que a formação não termina com uma licenciatura ou um mestrado. A escola pesa, mas a formação ao longo da vida ganha importância. A oferta de programas diversifica-se, flexibilizam-se formatos, admite-se a possibilidade de, na fase de conclusão, os cursos terem dominante académica ou profissional. E passará a ser possível, a quem tenha formação inicial em Economia ou Gestão, especializar-se depois em Contabilidade, como o inverso também ocorrerá.

TOC – Acredita que no médio prazo, possamos ter alunos melhor preparados do que antes da era Bolonha?

L.F.F. – Sim, em diferentes matérias e para novas realidades. Tenho participado na formação académica de jovens com nível notável de conhecimentos, já que a Faculdade de Economia da UNL, onde lecciono, tem atraído excelentes candidatos aos cursos de Economia e de Gestão. Ao longo de quase três décadas de actividade docente, observo mudanças nos novos alunos: são mais exigentes, atentos aos desafios e às oportunidades e cientes da absoluta necessidade de continuarem a crescer em conhecimentos e competências após terminarem a licenciatura ou o mestrado.



As normas contabilísticas requerem uma formação cada vez mais especializada

TOC – É habitual ler-se e escutar-se que em Portugal as instituições de ensino superior diplomam em excesso para o desemprego devido à grande oferta existente. Como docente universitária, acha que a quantidade de cursos na área da Gestão, Economia e Contabilidade, peca por excesso?

L.F.F. – Actualmente, a oferta é variada e a qualidade diferenciada. As tarefas do profissional da Contabilidade são hoje mais valorizadas do que no passado, tanto nas empresas como na sociedade em geral. Perspectiva-se que as exigências que se colocarão aos contabilistas serão cada vez maiores e, assim, antevê-se que a Contabilidade tenha boas perspectivas de entradas na profissão. Mas para que um profissional da área desenvolva as suas aptidões e competências, importa, além de uma sólida formação inicial, experiência profissional e formação continuada. Quanto mais complicadas e numerosas forem as normas contabilísticas, mais a formação se torna necessária e especializada.

TOC – Diz-se com frequência que nos cursos de “lápiz e papel” falta adequar os conteúdos programáticos à realidade, no que concerne à vertente prática. Isso também está a acontecer na sua área? Sente que a preparação dos estudantes neste domínio deve ser menos teórica e mais prática?

L.F.F. – Permita-me discordar. A teoria é geral e abstracta. Os estágios profissionais e os estudos

de caso são elementos que complementam o processo de aprendizagem. Pode ser cativante ensinar apenas ou predominantemente com exercícios, mas estes são válidos para as condições neles previstas e apenas aplicam uma parte da teoria. O aluno compreenderá bem o exemplo, mas poderá não ser capaz de raciocinar em contexto ou circunstâncias.

Profissionais lidam com números e com pessoas

TOC – O SNC entra em vigor em 2010. Quais as principais vantagens deste novo normativo que marca uma viragem na abordagem dos fenómenos patrimoniais?

L.F.F. – Prefiro falar de consequências. Vantagens efectivas, só depois de o aplicar, saberemos. Não se dispondo ainda de estudos extensivos que meçam o impacte das novas normas e permitam concluir acerca de outras consequências, creio que passar a dispor de uma linguagem universal dos negócios será, de facto, uma vantagem. Essa linguagem usa a língua inglesa e adopta muitas normas originárias da cultura contabilística anglo-saxónica. Entretanto, deixámos que se perdessem características próprias, a nível lexical, a preocupação pelo rigor analítico e os cuidados com a terminologia. Seria porventura, nalguns casos, preferível manter os termos na língua original. No tocante a conceitos, houve significativas mudanças que precisariam ainda de ser debatidas, tais como os novos conceitos de activo e passivo. É de acentuar que o PIB se estima a partir dos valores acrescentados de cada empresa e estes se apuram com base nos itens da demonstração dos resultados; podemos concluir que a passagem para o SNC gerará alterações no cálculo do PIB do país. Os contabilistas tornam-se figuras híbridas, no sentido de que são uma espécie de conselheiros internos das organizações. Citando o Professor Rogério Ferreira, haverá casos de grupos empresariais onde se consolidam as contas das empresas agrupadas, não podendo, um só TOC, materialmente, formular e certificar cálculos pre-

visionais e conjunturais do valor actual do património e dos resultados. Atribuir a um só técnico o cumprimento de regras e formalismos de um trabalho contabilístico sofisticado manifestar-se-á desajustado.

TOC – Admite alguma conflitualidade entre os profissionais, os clientes e a administração fiscal?

L.F.F. – O profissional da Contabilidade tem de dar cumprimento a obrigações legais, mas também deve produzir informação útil à tomada de decisão e ao controlo das actividades empresariais. Não lida somente com números, mas também com pessoas. O seu papel vai além de classificar documentos, fazer registos e estimar impostos, actividades estas desempenhadas hoje, em grande medida, por qualquer *software* de Contabilidade. Deve ter um comportamento ético e profissional inquestionável, uma formação contínua que garanta permanente actualização e estar consciente da sua responsabilidade social e profissional. O Estatuto da CTOC contém recomendações desse perfil, ao referir que o TOC deve exercer a actividade com rigor técnico, capacidade ética e total independência em relação tanto aos empresários como à Administração Fiscal. O papel do regulador, ao criar e aplicar mecanismos de verificação e incentivo ao cumprimento da lei, é essencial. Também a CTOC, com o controlo de qualidade e as sanções previstas aos membros, ajuda a manter parâmetros de exigência.

TOC – O conceito do justo valor está a ser o pomo de discórdia. Julga que vai melhorar a qualidade da informação contabilística ou estará aberto o caminho a um maior subjectivismo?

L.F.F. – O justo valor é um conceito antigo. Deve-se a Adam Smith a distinção entre *valor de uso* (fundado na utilidade) e *valor de troca* (qualidade que tem um bem de poder ser trocado por outros no mercado). Este economista chamou a atenção para o facto de certos bens possuírem valor de uso elevado, mas um valor de troca baixíssimo. Actualmente, a explicação do *valor económico* faz intervir elementos subjectivos, como as motivações dos sujeitos económicos, e elementos objectivos, nomeadamente o tempo de trabalho, condições técnicas, formas das relações sociais

e estruturas económicas dominantes. O justo valor, quando baseado em valores de uso (valores actualizados líquidos) combina elementos de planeamento e controlo, ao pretender incorporar parcelas de valor tradicionalmente não captadas pela Contabilidade. Quando esta se refere à diferença entre valores históricos e valores futuros, inviabilizam-se cálculos clássicos da avaliação de empresas, pois, no limite, valor de rendimento e valor patrimonial, se bem calculados acabarão por coincidir. Esta discussão foi objecto de desenvolvimento na minha tese de doutoramento. Em minha opinião, a situação económica actual complica, de certo modo, a implantação das IFRS e do SNC. Às dificuldades que as normas encerram, acrescem as que resultam da crise financeira e questiona-se a utilidade dos justos valores na ausência de preços de mercado de referência e quando estes se apresentam exageradamente voláteis. Os esforços de organismos internacionais relacionados com o processo de desenvolvimento das normas podem ajudar a encontrar solução apropriada às necessidades dos diversos utilizadores da informação financeira. O relato financeiro tem finalidades de gestão e de controlo, pelo que se justificaria uma proposta de Contabilidade multidimensional, ou seja, a apresentação de vários valores para cada elemento das demonstrações financeiras, deixando ao utilizador a possibilidade de escolha do que melhor se adequa à finalidade que busca. O relato financeiro fornece informação à qual as pessoas reagem. Admito que a transparência e a neutralidade da informação possam reduzir a incerteza e promover a estabilidade. Ainda que a prudência como tal tenha desaparecido textualmente do novo modelo contabilístico, nenhuma avaliação será justa se não for prudente.

TOC – Alguns teóricos, como o Professor Lopes de Sá, defendem que as NIC vão potenciar o crescimento da fraude. Partilha este cenário?

L.F.F. – Nenhum sistema em si impede práticas ilícitas ou desonestas. Em meu entender, a opinião expressa pelo Professor Lopes de Sá não é teórica, mas eminentemente prática, porque resulta de um profundo conhecimento da realidade e longa experiência de consultoria sobre os usos e abusos do justo valor. Estudiosos e doutrinadores mais idosos mostram-se cépticos em relação ao justo valor e à sua aplicação. Os



A vogal da Comissão de História da Contabilidade afirma que os TOC devem procurar aperfeiçoamentos constantes

mais jovens são, em geral, adeptos fervorosos da aplicação do justo valor. Questiono-me se existe uma medida única para utilizadores homogêneos e uso comum ou antes para a decisão e para cumprimento de obrigações legais e contratuais. A minha experiência em consultoria indica que a informação usada pelos gestores é mais fiável do que a que é unicamente produzida para cumprir obrigações de relato externas. Por outro lado, o regulador pode rezear que os gestores manipulem a informação na busca de objectivo estatístico e assim torna-se essencial confrontar os valores de gestão com a evidência de mercado. É certo que a empresa de hoje tem muitos “intangíveis” e o POC foi desenhado para uma realidade centrada em empresas “industriais”...

Mais exigência e responsabilização

TOC – A crise e os escândalos registados nos últimos anos minaram, de alguma forma, a confiança na credibilidade e verdade da informação contabilística?

L.F.F. – Sim, indiscutivelmente. O problema é de todos os tempos e lugares e constitui um alerta para políticos, reguladores e empresas. Expõe fra-

quezas nas práticas de negócios e na regulação financeira. Relaciona-se com comportamentos dos que executam e aplicam as regras de Contabilidade. Não sendo estas em si o problema, o permitem, dimensionam ou institucionalizam. Passada uma geração, poucos se lembrarão e, de novo, a História pode repetir-se. A informação sobre riscos divulgada pelas empresas é sobretudo de natureza descritiva, qualitativa e histórica. As empresas limitam-se, em geral, a cumprir o que lhes é legalmente exigido. Isto significa que os investidores não conseguem prever o impacto dos riscos no valor da empresa, pelo que são possíveis melhorias neste campo, nomeadamente quanto à divulgação de informação quantitativa e futura.

TOC – A CTOC elevou a formação permanente aos seus membros a uma das prioridades de acção. Esta aposta pode contribuir para a formação de profissionais mais exigentes, rigorosos e sensíveis aos códigos éticos e deontológicos?

L.F.F. – Sem dúvida. A profissão e o contexto são exigentes. O volume de legislação que constantemente se publica, que importa conhecer e compreender para aplicar - justifica a ne-



«A passagem a Ordem encontra plena justificação olhando o passado, considerando o presente e projectando-nos no futuro do exercício da profissão»

cessidade de actualização de conhecimentos. Actualmente o TOC ocupa muito tempo em tarefas de cumprimento de obrigações fiscais e prestação de contas e menos na análise e produção de mapas para apoiar a gestão. O TOC é cada vez mais um profissional respeitado, com conhecimentos técnicos especializados. O *e-learning* é uma aposta com vantagens. Muito mais flexível, possibilita aos formandos a auto-avaliação, permite acompanhar e controlar a aprendizagem. A formação de cariz profissional tende a ser mais curta e circunscrita, enquanto a formação académica é, em geral, mais longa. A existência de complementaridade entre as duas formações é essencial e ambas podem ser úteis em momentos diferentes da actividade profissional. Creio, no entanto, que não será de dispensar uma prova de avaliação profissional, que pode servir para aferir e ver onde os candidatos encontram maiores dificuldades. Seria útil proceder à análise dos resultados obtidos nessa prova com vista a ajudar as escolas a reorientar esforços de ensino para as áreas onde se encontram maiores insuficiências.

TOC – A proposta de lei de autorização legislativa da passagem da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas a Ordem está em discussão na Assembleia da República. A iminente alteração do estatuto da instituição vai conferir mais visibilidade social a uma profissão de autêntico serviço público?

L.F.F. – A passagem a Ordem encontra plena justificação olhando o passado, considerando o presente e projectando-nos no futuro do exercício da profissão. A nova regulamentação traz maior exigência e responsabilização para os profissionais que passam a ser vistos como um parceiro do negócio. Haverá a necessidade de maior julgamento profissional. O TOC trabalhará mais em equipas, pois os problemas avolumam-se; deixa de ser contabilista *strictu sensu* e passa a produtor e gestor de informação financeira, e até estratégica, das organizações. Algumas tarefas geram ambiguidades e o TOC tem de ser pragmático e exercer a profissão de modo objectivo, racional e disciplinado, procurando sempre aperfeiçoamentos. ■